



Ativo	Nota	31.12.2025	31.12.2024	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31.12.2025	31.12.2024
<b>Circulante</b>		<b>5.501.712</b>	<b>3.112.725</b>	<b>Circulante</b>		<b>20.869</b>	<b>340.207</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.697	7.305	Contas a pagar		-	93
Aplicações financeiras	5	875.626	2.467.166	Obrigações sociais e tributárias	11	20.869	16.542
Tributos a recuperar	6	940.970	637.683	Outras contas a pagar	12	-	323.572
Despesas antecipadas		412	387				
Adiantamentos e outros créditos		36.142	-				
Partes relacionadas	7	3.644.865	184	<b>Não Circulante</b>		<b>6.645.962</b>	<b>741.288</b>
<b>Não Circulante</b>		<b>26.136.431</b>	<b>23.988.954</b>	Outras contas a pagar	12	6.645.962	741.288
Realizável a longo prazo		22.332.589	23.123.347	<b>Patrimônio Líquido</b>	13	<b>24.971.312</b>	<b>26.020.184</b>
Partes relacionadas	7	13.485.644	17.123.347	Capital social		20.695.148	20.695.148
Outros investimentos	8	8.846.945	6.000.000	Reserva de capital		3.600.000	-
Participações societárias	9	3.000.000	-	Reserva legal		676.164	587.331
Imobilizado	10	803.842	865.607	Reserva de lucros		-	4.737.705
<b>Total do Ativo</b>		<b>31.638.143</b>	<b>27.101.679</b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>31.638.143</b>	<b>27.101.679</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



TERRA NOSSA PARTICIPAÇÕES S.A.  
Demonstrações do Resultado do Exercício  
31 de dezembro de 2025  
(Em reais)

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Despesas Operacionais	14	(2.761.547)	(1.377.848)
Despesas com pessoal		(14.137)	-
Despesas tributárias		(152.789)	(141.937)
Despesas gerais e administrativas		(2.594.621)	(1.235.911)
Outras receitas e despesas operacionais	15	1.346.945	-
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro		(1.414.602)	(1.377.848)
Resultado Financeiro	16	3.203.598	2.979.799
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		1.788.996	1.601.951
Imposto de Renda e Contribuição Social	17	(12.349)	(90.573)
Imposto de Renda		(7.718)	(61.940)
Contribuição Social		(4.631)	(28.633)
Resultado do exercício		<u>1.776.647</u>	<u>1.511.378</u>
<u>Resultado por Ação:</u>			
Resultado básico por Ação		0,0858	0,0730

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.*



TERRA NOSSA PARTICIPAÇÕES S.A.  
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido  
31 de dezembro de 2025  
(Em reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	20.695.148	-	511.762	4.595.245	-	25.802.155
Lucro do exercício	-	-	-	-	1.511.378	1.511.378
Constituição de reserva de lucros	-	-	75.569	1.435.809	(1.511.378)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(1.293.349)	-	(1.293.349)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	20.695.148	-	587.331	4.737.705	-	26.020.184
Lucro do exercício	-	-	-	-	1.776.647	1.776.647
Constituição de reserva de lucros	-	-	88.833	1.687.814	(1.776.647)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	3.600.000	-	-	-	3.600.000
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(1.593.191)	-	(1.593.191)
Distribuição de dividendos	-	-	-	(4.832.328)	-	(4.832.328)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	20.695.148	3.600.000	676.164	-	-	24.971.312

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Lucro ou prejuízo do exercício	<u>1.776.647</u>	<u>1.511.378</u>
Ajustes		
Depreciação e amortização	64.601	64.530
Lucro ou prejuízo do exercício ajustado	1.841.248	1.575.908
Variações nos ativos e passivos		
Aplicações financeiras	1.591.540	6.437.807
Tributos a recuperar	(303.287)	(370.760)
Despesas antecipadas	(25)	(21)
Adiantamentos e outros créditos	(36.142)	-
Contas a pagar	(93)	93
Obrigações sociais e tributárias	4.327	(24.392)
Outras contas a pagar	748.774	(320.018)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>3.846.342</u>	<u>7.298.617</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(2.836)	-
Aquisição de participação societária	(3.000.000)	-
Aquisição de outros investimentos	(5.000.000)	(6.000.000)
Recebimento de dividendos de outros investimentos	2.153.055	-
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	<u>(5.849.781)</u>	<u>(6.000.000)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Débitos e créditos com partes relacionadas	(6.978)	(2.006)
Juros sobre capital próprio	(1.593.191)	(1.293.349)
Reserva para aumento de capital	3.600.000	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>1.999.831</u>	<u>(1.295.355)</u>
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa no período	<u>(3.608)</u>	<u>3.262</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	7.305	4.043
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3.697	7.305
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa no período	<u>(3.608)</u>	<u>3.262</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Terra Nossa Participações S.A., Companhia constituída sob a forma de sociedade de ações de capital fechado, inscrita no CNPJ nº 03.278.434/0001-46, com sede na cidade de Curitiba, Paraná.

A Companhia iniciou suas operações em 24 de setembro de 2014, opera como Holding de investimentos do Grupo Sorrento e atualmente possui os seguintes objetos sociais:

I - Holdings de instituições não-financeiras – ou seja, pode atuar no investimento e participação, como sócia ou acionista, no capital de outras sociedades ou empreendimentos, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária;

II - Compra e venda de imóveis próprios;

III - Aluguel e administração de bens móveis e imóveis;

## 2. RESUMO DAS POLÍTICAS, PREMISSAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), bem como as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem um julgamento mais preciso e de maior complexidade, bem como as áreas nas quais estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota explicativa nº 2.15.

Todas as referências aos Pronunciamentos do CPC devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos do *IFRS* e vice-versa, observando que, em geral, a adoção antecipada de revisões ou novos *IFRS's* não está disponível no Brasil.



## 2.1. NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

### a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2025:

A seguir apresentamos revisões e alterações em certas normas, para períodos anuais iniciados em 01 de janeiro de 2025, que não tiveram impacto significativo nas Demonstrações Contábeis da Companhia:

Novas normas ou alterações	Aplicação e impactos
Ausência de Conversibilidade (Alterações ao CPC 02/IAS 21); e	Esclarece os requisitos para avaliar se uma moeda é conversível em outra e como determinar a taxa de câmbio quando a conversibilidade não existe. A Administração avaliou suas operações em moeda estrangeira (Euro e Dólar) e não identificou impactos relevantes na determinação das taxas de fechamento.
IFRS S1 e S2 – Divulgações Relacionadas à Sustentabilidade	Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação nestas demonstrações contábeis.
IFRS S1 e S2 – Divulgações Relacionadas à Sustentabilidade	Estabelecem requisitos para a divulgação de informações sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade e clima. Embora o cronograma de obrigatoriedade plena siga as resoluções da CVM, a Companhia avaliou que tais normas não alteram a mensuração de ativos e passivos nestas demonstrações contábeis.  Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação nestas demonstrações contábeis.

A Companhia não possui nenhuma alteração relevante na aplicação destas mudanças nas normas existentes, desta forma, não houve alteração de estimativa ou política advinda destas na preparação destas demonstrações contábeis.

### b) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período após em 31 de dezembro de 2025

A seguir apresentamos a lista das alterações recentes que não tiveram impacto significativo nas Demonstrações Contábeis da Companhia, as quais deverão ser aplicadas para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2026 e que estão disponíveis para adoção antecipada em IFRS (mas não para entidades que reportam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil), em períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2026.

Data efetiva	Novas normas ou alterações	Aplicação e impactos
1º de janeiro de 2026	Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Inclui orientações sobre ativos financeiros com características contingentes e liquidações eletrônicas. A Administração não prevê impactos materiais, dado que seus instrumentos



Data efetiva	Novas normas ou alterações	Aplicação e impactos
	(Alterações ao CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7)	financeiros são predominantemente mensurados ao custo amortizado.  Não identificamos impactos relevantes destas normas na preparação destas demonstrações e não nas futuras demonstrações contábeis da Companhia.
1º de janeiro de 2026	Melhorias Anuais às Normas IFRS – Ciclo Volume 11	Ajustes de redação e esclarecimentos pontuais no IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9 e IAS 7 para eliminar conflitos normativos. Não foram identificados impactos relevantes antecipadamente.  Não identificamos impactos relevantes destas normas na preparação destas demonstrações e não nas futuras demonstrações contábeis da Companhia.
1º de janeiro de 2027	IFRS 18 / CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis.	Substituirá a IAS 1 / CPC 26. Introduz novas categorias obrigatórias na Demonstração do Resultado (Operacional, Investimento e Financiamento) e novos subtotais. A Administração iniciou o mapeamento das contas para futura reclassificação.  Não identificamos impactos relevantes destas normas na preparação destas demonstrações e não nas futuras demonstrações contábeis da Companhia.
1º de janeiro de 2027	IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade e Pública: Divulgações	As subsidiárias de empresas que usam as Normas Contábeis IFRS podem reduzir substancialmente suas divulgações e se concentrar mais nas necessidades dos usuários após o lançamento da IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações, do IASB. Ainda não há pronunciamento técnico equivalente no Brasil.  Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação destas e das futuras demonstrações contábeis da Companhia devido a Administração ter a intenção de divulgar a completude das normas, não apresentando nenhuma redução de divulgações das que julga relevante e úteis aos usuários.
1º de janeiro de 2027	IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade e Pública: Divulgações	Permite a redução de divulgações para subsidiárias qualificadas. A Administração pretende manter a intenção de divulgar a completude das normas, não prevendo redução de notas explicativas consideradas úteis aos usuários  Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação destas e das futuras demonstrações contábeis da Companhia.

A Companhia não possui nenhuma alteração relevante na aplicação destas futuras mudanças nas normas, desta forma, não identifica antecipadamente impactos relevantes nas estimativas ou políticas advinda destas alterações na preparação destas e das futuras demonstrações contábeis da Companhia.



### c) Tributação de lucros e dividendos

Em 27 de novembro de 2025, foi sancionada a Lei nº 15.270/2025, que promoveu alterações relevantes na tributação da renda, instituindo a cobrança de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) de 10% sobre lucros e dividendos distribuídos por pessoas jurídicas domiciliadas no Brasil. A nova regra passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2026.

De acordo com a legislação vigente, a retenção do IRRF será aplicável quando, em um mesmo mês, dividendos distribuídos por uma mesma pessoa jurídica a uma mesma pessoa física residente no Brasil excederem R\$ 50.000, sendo a alíquota de 10% aplicada sobre o valor total distribuído no mês, sem deduções ou compensações na base de cálculo.

A Companhia, como fonte pagadora, é responsável por verificar a soma dos lucros e dividendos distribuídos no mês a cada beneficiário, efetuar a retenção do IRRF de 10% quando aplicável, recolher o imposto dentro do prazo legal e informar os valores retidos aos acionistas para fins de ajuste anual em sua declaração de Imposto de Renda.

Para os dividendos referentes a lucros apurados até 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na legislação de transição, os dividendos relativos a lucros apurados até 31 de dezembro de 2025 permanecem isentos, desde que:

- a deliberação de sua distribuição ocorra até o fim desta data reporte; e
- o pagamento seja efetuado até 2028.

Essas condições atendem aos critérios definidos com base na reforma tributária da renda.

A administração avaliou os impactos esperados para a Companhia e não há impacto sobre os dividendos referentes a lucros de 2025, mas sim, a partir de 2026, eventuais distribuições mensais superiores ao limite legal poderão gerar retenção na fonte.

A Companhia atualizou seus processos operacionais e controles internos para assegurar o correto cumprimento da legislação.

## 2.2. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Os itens incluídos na demonstração contábil da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que a é moeda funcional da Companhia.



## 2.3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 2.3.1. CLASSIFICAÇÃO

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado;
- Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes;
- Mensurados ao custo amortizado.

#### a) Ativos Financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

No caso da Companhia, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas de Resultado Financeiro.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possuía caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras nesta classificação, conforme nota explicativa nº 4 e 5.

#### b) Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía adiantamentos, outros créditos e partes relacionadas nesta classificação, conforme nota explicativa nº 7.

#### c) Passivos Financeiros mensurados ao custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. São registrados no passivo circulante, exceto, nos casos



aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como passivo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía contas a pagar e outras contas a pagar nessa classificação, conforme nota explicativa nº 12.

### 2.3.2. RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

O reconhecimento de ativos financeiros é feito na data de negociação, na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo custo histórico, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido significativamente todos os riscos e os benefícios do recurso controlado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em seu resultado financeiro no período em que ocorrem.

### 2.3.3. COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### 2.3.4. IMPAIRMENT DE ATIVOS FINANCEIROS

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

Ativos mensurados ao custo amortizado são revisados a cada período do relatório para avaliar se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem



um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- iv) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- v) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
  - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
  - Condições econômicas nacionais ou locais que correlacionam com as inadimplências sobre os ativos em carteira.

Caso haja indícios de *impairment*, o montante de perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor ou realização do ativo em caixa), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.



## 2.4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e que estão sujeitos a um insignificativo risco de mudança.

## 2.5. INVESTIMENTOS

Os investimentos da Companhia são avaliados com base no custo de aquisição, conforme NBC TG 18, para fins de demonstrações contábeis da Companhia.

Neste método o investimento é contabilizado no balanço patrimonial da Companhia ao custo, sem adições de mudanças após a aquisição da participação societária na investida. O ágio relacionado com a investida, quando existente, é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Como o ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) integra o valor contábil do investimento na coligada, este não é reconhecido separadamente e seu valor recuperável é testado considerando a unidade geradora de caixa que pertence.

A participação societária é apresentada na demonstração do resultado da Companhia somente quando de sua realização, representado o lucro líquido atribuível aos Sócios da coligada.

Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

A Companhia determina se é necessário reconhecer a perda do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua investida. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em coligadas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

## 2.6. IMOBILIZADO

O imobilizado compreende principalmente terrenos, instalações, veículos, equipamentos de informática, móveis e utensílios e está mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada.



A Companhia optou por não fazer refletir o custo atribuído na data da sua adoção inicial.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos não são revisados e ajustados ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações, quando ocorrerem são determinados pela comparação dos resultados como o valor contábil e são reconhecidos em "Outras Despesas", na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil, como segue:

<u>Grupo de Ativos</u>	<u>Anos</u>
Edificações	25
Móveis e utensílios	10

A Companhia não está depreciando os seus itens de acordo com as normas ditadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, tendo em vista que o seu impacto seria irrelevante para estas demonstrações contábeis.

## 2.7. REDUÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à amortização ou depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). Para fins do teste do valor recuperável, os ativos são analisados em relação à UGC ao qual ele está relacionado. Eventuais ativos que tenham vida útil indefinida, como por exemplo o ágio, não estão sujeitos à amortização ou depreciação e são testados anualmente apenas para a verificação de *impairment*.

## 2.8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – CORRENTE E DIFERIDO

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos correntes e diferidos. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.



O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo, quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral quando relacionado com a mesma entidade legal. Dessa forma, tributos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

## 2.9. CONTAS A PAGAR

Contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.



## 2.10. PROVISÕES

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

## 2.11. PARTES RELACIONADAS

Consistem na transferência de recursos, serviços ou obrigações entre as partes relacionadas. A Companhia possui operações financeiras e comerciais junto a partes relacionadas, nas quais são observadas as condições equânimes de mercado, cujas operações estão divulgadas na nota explicativa nº 7.

## 2.12. RECONHECIMENTO DA RECEITA

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando os critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo do cliente, o tipo de transação e as especificações de cada tipo de receita.

### a) Dividendos sobre Outros Investimentos

Os recursos para aporte nos empreendimentos imobiliários são provenientes de aportes de investidores, nos quais os investidores realizam aportes via ações preferenciais, com direito a dividendos preferenciais estabelecidos no momento de assinatura do acordo de acionistas. A rentabilidade destes dividendos é reconhecida a medida do direito de receber ocorre, respeitando o regime de competência e considerando as atas de distribuição aprovadas.

### b) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, ganhos na alienação de ativos financeiros e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos, respeitando o regime de competência.



### 2.13. RECONHECIMENTO DE DESPESAS

As despesas estão associadas a geração de caixa são predominantemente compostos por salários, benefícios a empregados, despesas com administrativas, e serviços tomados. Além disso, contemplam a depreciação dos ativos relacionados aos custos das atividades da Companhia.

São reconhecidos ao resultado à medida que sua relação com o reconhecimento da receita é equivalente, ou quando não se espera recuperar o valor desembolsado, seguindo a premissa de recuperabilidade de ativos

### 2.14. DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é apenas destacado dentro do patrimônio líquido e somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

### 2.15. ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir.

#### a) Ativos e passivos contingentes

**Ativos contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação e sobre os quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados nas demonstrações contábeis;

**Passivos contingentes** - São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que: (i) a perda é avaliada



como provável, o que ocasionaria a provável saída de recursos para a liquidação das obrigações; e (ii) quando os montantes envolvidos são mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis e os classificados como de perda remota não são provisionados nem divulgados.

#### **b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos**

A Companhia é optante para o exercício de 2025 pela tributação sobre o lucro com base no sistema de Real trimestral e à tributação do PIS e COFINS segue a modalidade não cumulativa.

Estes tributos são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 60.000 por trimestre para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

### **3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO**

#### **3.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS E POLÍTICAS**

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de aplicações financeiras estabelecida pela Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

#### **3.2. FATORES DE RISCOS FINANCEIROS**

O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela administração da Companhia, a qual identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros. A Administração



estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota explicativa.

### 3.3. RISCO DE MERCADO

#### a) Risco de Crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras. Os valores mantidos junto em aplicações financeiras são diariamente monitorados em relação à sua possibilidade de redução significativa de valor, visando sempre a alocação e a segurança financeira de modo que a Companhia não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

#### b) Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada na Companhia pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais de curto e médio prazo. Se necessário, mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não tenha risco de liquidez.

O excesso de caixa mantido, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é aplicado. A administração investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

#### c) Risco de taxas de juros

Risco de taxas de juros é o risco decorrente da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações nas taxas de juros incidentes sobre seus ativos e seus passivos financeiros. Esta exposição se trata, principalmente os caixas e equivalentes, nota explicativa nº 4, e aplicações financeiras, nota explicativa nº 5, são afetados pela mudança nas taxas de juros de mercado indexados pela CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários) e Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia) que se referem a remunerações com juros pós-fixados.



#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Correspondem a valores em caixa e bancos conta movimento, que estão disponíveis a qualquer tempo e não possuem quaisquer restrições de uso ou ônus. Apresentam a seguinte composição:

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Caixas	427	626
Banco conta movimento	3.270	6.679
<b>Total</b>	<b><u>3.697</u></b>	<b><u>7.305</u></b>

#### 5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Incluem ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, conforme abaixo:

##### a) Classificação por natureza e categoria

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Certificados de depósitos bancários	875.626	2.467.166
	<b><u>875.626</u></b>	<b><u>2.467.166</u></b>

As aplicações financeiras realizadas pela Companhia servem para garantir operações financeiras realizadas pela parte relacionadas La Violetera. Devido ao fato de oferecer valores com liquidez total, tais empréstimos foram realizados à La Violetera benéfica para ambas as partes.

##### b) Valor justo

O valor justo das cotas de fundos de investimento é determinado com base no valor da cota divulgada pelo respectivo administrador.

Para as operações compromissadas e investimentos em letras financeiras com taxas prefixadas, o valor justo é apurado através do fluxo de caixa descontado com base em taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares no último dia de mercado.

Para as operações compromissadas e investimentos em letras financeiras pós-fixadas, os valores contábeis são considerados equivalentes ao seu valor justo.



O valor justo dos títulos públicos federais é determinado com base nos preços do mercado secundário divulgados pela ANBIMA ou, na ausência destes, por preços obtidos através de técnicas de avaliação que melhor reflitam seu valor de venda.

## 6. TRIBUTOS A RECUPERAR

Compreendem valores de imposto de renda saldo negativo, imposto de renda retido sob as operações de aplicação financeira, PIS e COFINS, os quais foram recolhidos e serão compensados durante os períodos seguintes por meio da declaração de compensação PER/DCOMP. O saldo de crédito para 31 de dezembro de 2025 é R\$ 940.970 (R\$ 637.683 em 31 de dezembro de 2024).

## 7. PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas são relativas a contratos de mútuo, concedidos a partes relacionadas que possuem vínculo direto com os acionistas da Companhia. Abaixo a situação atual das operações com partes relacionadas nas datas de apresentação destas demonstrações contábeis:

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Teich Construtora	96	184
Importadora de Frutas La Violetera (i)	17.130.413	17.123.347
<b>Total</b>	<u><u>17.130.509</u></u>	<u><u>17.123.531</u></u>
Circulante	3.644.865	184
Não circulante	13.485.644	17.123.347

- (i) As transações referem-se a saldos em aberto de contratos de mútuos no montante principal de R\$ 19.000.000, dos quais foram concedidos R\$ 18.019.700 em 2020 e o restante em 2021, com recebimentos inicialmente programados no prazo de 48 meses, com carência conferida de pagamento de principal mais juros até setembro de 2021, sendo o primeiro vencimento para o mês de outubro de 2021, recebida nesta mesma data.

Em 2024, as partes firmaram o Quarto Aditivo Contratual, concedendo a La Violetera uma carência ao pagamento do principal por mais 14 (quatorze) meses, onde a segunda parcela de amortização do principal deverá ser paga até 20 de março de 2026 e a última em 20 de janeiro de 2030, remunerados a taxa DI B3 *pro rata die*, acrescidos de 2% de juros ao mês. Nestas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025, o saldo a receber do contrato principal mais juros incorridos é de R\$ R\$ 17.130.413 (R\$ 17.123.347 em 31 de dezembro de 2024).



## 8. OUTROS INVESTIMENTOS

A Companhia reconhece como outros investimentos os aportes realizados em investidas, via aquisição de ações preferenciais

	Saldo 31.12.2025	Dividendos	Recebimentos	Novos investimentos	Saldo 31.12.2024
CWB06 Bosque dos Pinheiros (i)	3.846.945	1.346.945	(3.500.000)	-	6.000.000
Ideale Guarapuava (ii)	5.000.000	-	-	5.000.000	-
<b>Total</b>	<b>8.846.945</b>	<b>1.346.945</b>	<b>(3.500.000)</b>	<b>5.000.000</b>	<b>6.000.000</b>

- (i) Em 2024 a Terra Nossa adquiriu ações preferenciais na SPE CWB06 Bosque dos Pinheiros Empreendimentos Imobiliários S/A. Estes ativos são mantidos para obtenção de valorização do capital investido e em 31 de dezembro de 2025 são representados pela monta de R\$ 3.846.945 (R\$ 6.000.000 em 2024). A variação nos saldos se dá pelo fato de que ela recebeu R\$ 3.500.000 em 2025, sendo R\$ 1.346.945 relativos a dividendos e R\$ 2.153.055 de devolução de capital.
- (ii) Em 2025, a Terra Nossa adquiriu 100.725 ações preferenciais na SPE Ideale Guarapuava. Estes ativos são mantidos para obtenção de valorização do capital investido e em 31 de dezembro de 2025 são representados pela monta de R\$ 5.000.000 (sem saldos em 2024 para cifras comparativas).

Tais operações não apresentam intenção direta de uso ou alienação na data de reporte e estão avaliadas a custo de aquisição. Os dividendos oriundos destes investimentos são reconhecidos à medida da destinação de resultados das investidas e incorporados diretamente na demonstração do resultado, quando incorridos.

## 9. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

As participações em coligadas e outras empresas estão detalhadas a seguir:

	31.12.2025	31.12.2024
Participação societária	3.000.000	-
<b>Total</b>	<b>3.000.000</b>	<b>-</b>

Em dezembro de 2025 a Companhia adquiriu 50% do capital social da Investida Importadora de Frutas La Violetera Ltda, pelo montante total de R\$ 2.984.800. Na data da aquisição, a investida apresentava patrimônio líquido de R\$ 126.786.555. O valor pago pela participação reflete as condições negociadas entre as partes.



Na mesma data, a Companhia adquiriu 38% do capital social da Investida La Violetera Indústria e Comércio de Gêneros Alimentícios Ltda, pelo valor total de R\$ 15.200. O patrimônio líquido da investida, após compensação entre capital social e reservas, era equivalente a R\$ 0,00 na data da aquisição.

#### a) Abertura

Em 31 de dezembro de 2025, as investidas apresentam as seguintes características:

Investida	31.12.2025				% de participação
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado	
Importadora de Frutas La Violetera Ltda	346.526.161	219.739.606	126.786.555	5.530.245	50,00%
La Violetera Indústria e Comércio de Gêneros Alimentícios Ltda	-	-	-	-	38,00%
Total	346.526.161	219.739.606	126.786.555	5.530.245	

As investidas nas quais a Companhia possui percentuais de participação e foram reconhecidos pelo valor de custo correspondente aos valores pagos nas transações, conforme política contábil adotada pela Companhia.

#### b) Movimentação

As participações societárias apresentaram a seguinte movimentação durante o ano de 2025:

	Importadora de Frutas La Violetera Ltda	La Violetera Indústria e Comércio de Gêneros Alimentícios Ltda	Total
Participações em 31.12.2024	-	-	-
Aquisição de participação	2.984.800	15.200	3.000.000
Participações em 31.12.2025	<u>2.984.800</u>	<u>15.200</u>	<u>3.000.000</u>

Até a data de emissão destas demonstrações financeiras, a administração não havia recebido as demonstrações financeiras auditadas da investida referentes ao exercício findo em 2025. Diante disso, as informações relativas à referida investida foram elaboradas com base nos dados financeiros disponibilizados pela própria investida até o momento, podendo estar sujeitas a ajustes quando da emissão de suas demonstrações financeiras auditadas.



## 10. IMOBILIZADO

### a) Abertura do imobilizado

		31.12.2025			31.12.2024
	Taxa	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edificações	4%	1.189.338	(421.182)	768.156	815.639
Móveis e utensílios	10%	171.036	(135.350)	35.686	49.968
<b>Total</b>		<b>1.360.374</b>	<b>(556.532)</b>	<b>803.842</b>	<b>865.607</b>

### b) Movimentação do imobilizado

	31.12.2025	Adições	Baixas	Transferência	31.12.2024
<b>Custo</b>	1.360.374	2.836	-	-	1.357.538
Edificações	1.189.338	-	-	-	1.189.338
Móveis e utensílios	171.036	2.836	-	-	168.200
<b>Depreciação</b>	(556.532)	(64.601)	-	-	(491.931)
Edificações	(421.182)	(47.483)	-	-	(373.699)
Móveis e utensílios	(135.350)	(17.118)	-	-	(118.232)
<b>Saldo líquido</b>	<b>803.842</b>	<b>(61.765)</b>	-	-	<b>865.607</b>

## 11. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS

Compreende a composição das obrigações sociais e tributárias os impostos, tributos e encargos sociais pertinentes à folha de pagamento, conforme apresentada a seguir:

	31.12.2025	31.12.2024
PIS a recolher	1.815	1.482
COFINS a recolher	11.173	9.122
IRRF sobre serviços a recolher	-	1.402
Outras obrigações a recolher	6.404	-
IRRF a recolher	1.477	-
Contribuição social a recolher	-	4.536
<b>Total</b>	<b>20.869</b>	<b>16.542</b>



## 12. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A composição de outras contas a pagar está demonstrada a seguir:

	31.12.2025	31.12.2024
Participações de Lucros e Resultados (i)	-	323.572
Juros sobre Capital Próprio a pagar (ii)	1.813.634	741.288
Dividendos a pagar (iii)	4.832.328	-
<b>Total</b>	<b>6.645.962</b>	<b>1.064.860</b>
Circulante	-	323.572
Não Circulante	6.645.962	741.288

- (i) Os valores são referentes a apropriação de despesas correlacionadas ao saldo a pagar de Participações dos Lucros do exercício aos profissionais pessoas jurídicas, conforme determinações dos contratos de prestações de serviços.
- (ii) Os valores de Juros sobre Capital Próprio a pagar aos acionistas da Companhia são calculados com base nos limites legais orientados pela Receita Federal do Brasil.
- (iii) Com base no resultado apurado em 2025 e com os lucros acumulados de 2024, a Companhia registrou em ata a distribuição de lucros que serão pagos até dezembro de 2028.

## 13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2025, baseado no estatuto social e na terceira assembleia geral extraordinária é de R\$ 20.695.148, totalmente subscrito e integralizado, representado por 6.898.352 de ações ordinárias com direito a voto e 13.796.766 ações preferenciais.

	Cristina Demeterco Raad	Isabel Demeterco Raad Carneiro	Gabriel Raad	Total
Ações ordinárias A	-	15	15	30
Ações ordinárias B	-	5.173.781	5.173.781	10.347.562
Ações preferenciais	6.898.382	1.724.587	1.724.587	10.347.556
<b>Total de ações</b>	<b>6.898.382</b>	<b>6.898.383</b>	<b>6.898.383</b>	<b>20.695.148</b>
<b>Participação %</b>	<b>33,33%</b>	<b>33,33%</b>	<b>33,33%</b>	<b>100,00%</b>



b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente mediante a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determina a legislação societária. Essa reserva não poderá exceder 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituí-la no exercício em que seu saldo, somado às reservas de capital, ultrapassar 30% do capital social, conforme permitido pela legislação vigente. A finalidade da reserva legal é assegurar a integridade do capital social, sendo sua utilização restrita à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital social, não podendo ser destinada para outros fins.

c) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com o Estatuto da Companhia, os dividendos e os juros sobre capital próprio poderão ser pagos conforme determinado em comum acordo entre os Acionistas a depender da estratégia de fluxo de caixa e outros aspectos decisórios da Companhia, respeitando sempre o pagamento de forma proporcional ao percentual de participação de cada um deles.

Em conformidade com a Lei 9.249/95 a Administração pode optar por fazer distribuições de juros sobre o capital próprio a seus Acionistas, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, imputando-os ao valor do dividendo se aplicável.

## 14. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas apresentam a seguinte composição:

	31.12.2025	31.12.2024
Salários e ordenados	11.980	-
Encargos sociais	2.157	-
Impostos e taxas	152.789	141.937
Prestação de serviço de terceiros	2.422.445	1.132.994
Manutenção de bens móveis e imóveis	52.110	36.658
Material de uso e consumo	201	1
Despesas com seguros	1.808	1.698
Despesa com depreciação	64.601	64.530
Despesas gerais	3.456	30
Doações	50.000	-
<b>Total</b>	<b>2.761.547</b>	<b>1.377.848</b>



## 15. OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Receita com dividendos	1.346.945	-
Total	<u>1.346.945</u>	<u>-</u>

## 16. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro líquido apresenta a seguinte composição:

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Rendimentos de aplicações financeiras	296.583	656.650
Outras receitas financeiras	94.320	37.501
Juros ativos	2.813.129	2.286.585
Receitas financeiras	<u>3.204.032</u>	<u>2.980.736</u>
Despesas bancárias	(357)	(937)
Juros passivos	(77)	-
Despesas financeiras	<u>(434)</u>	<u>(937)</u>
Resultado financeiro	<u>3.203.598</u>	<u>2.979.799</u>



## 17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e contribuição social apresenta a seguinte composição:

	31.12.2025	31.12.2024
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	1.788.996	1.601.951
( + ) Adições	52.807	-
Doações	50.000	-
Outras despesas	2.257	-
Manutenção de imóveis	550	-
( - ) Exclusões	(2.940.135)	(1.293.349)
Dividendos recebidos	(1.346.944)	-
Juros sobre capital próprio	(1.593.191)	(1.293.349)
Compensação de prejuízo	-	9.540
( = ) Base de Cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.098.332)	318.142
( % ) IRPJ Alíquota 15%	7.718	47.721
( % ) IRPJ Adicional 10%	-	14.219
( % ) CSLL Adicional 9%	4.631	28.633
( = ) Total de despesas com IRPJ e CSLL do período	<u>12.349</u>	<u>90.573</u>

## 18. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o total da remuneração do pessoal chave da administração foi como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Clifton Jacques Renck	1.032.667	867.109
Total	<u>1.032.667</u>	<u>867.109</u>

\* \* \* \* \*